

## **O Sistema-Mundo Capitalista e Os Novos Alinhamentos Geopolíticos no Século XXI: Uma Visão Prospectiva**

Carlos Eduardo Martins \*

Em nossos trabalhos temos nos dedicado a analisar a conjuntura mundial contemporânea desde a perspectiva da longa duração, que interpreta o tempo concreto como a combinação simultânea de três temporalidades distintas que se articulam: a estrutural, cíclica e a do dia-dia. A singularidade de nosso tempo não pode ser compreendida sem analisarmos a articulação específica entre os tempos estrutural e cíclicos que se desenvolve hodiernamente. O tempo estrutural é cumulativo e irreversível e as repetições cíclicas incidem sobre suas configurações concretas singulares, assumindo também formatos individualizados. Quanto maior a capacidade das ciências sociais descrever os processos estruturais e cíclicos em marcha e as formas concretas que assumem no tempo imediato, maior será a sua possibilidade de desenvolver um pensamento estratégico capaz de apontar as forças hegemônicas; as contra-hegemônicas; os arranjos de poder de longo, médio e curto prazo que resultam das guerras de posição e de movimento; e as bifurcações históricas que poderão dar lugar a uma ampla reconfiguração hierárquica do sistema mundo e das suas expressões de poder globais, regionais e nacionais.

Neste artigo apontamos as principais características da conjuntura mundial contemporânea, suas tendências cíclicas e seculares, as configurações de poder dominantes, as forças anti-sistêmicas, os novos alinhamentos geopolíticos a que dão lugar e a bifurcação de poder que se desenha para os próximos anos. Desde 1994, vivenciamos uma fase de expansão do Kondratiev que se articula a dois movimentos descendentes de longa duração: a fase B do ciclo sistêmico estadunidense, marcada pela crise desta hegemonia, iniciada em 1970, e a crise civilizatória do modo de produção capitalista, a partir do surgimento da revolução científico-técnica, como nova estrutura de forças produtivas que impulsiona cada vez mais o desenvolvimento material da economia mundial. Tal combinação traz características muito específicas para o ciclo longo de expansão que vivenciamos: De um lado, a financeirização do capital, a crise de hegemonia do eixo atlantista da economia mundial e o declínio das potências marítimas,

---

\* Professor do Departamento de Ciência Política/UFRJ e Coordenador do GT Integração Regional e Unidade Latino-americana de CLACSO

que tradicionalmente dirigiram a civilização capitalista, centradas, principalmente, no norte da Europa Ocidental e, atualmente, sob direção estadunidense; e de outro, o deslocamento do dinamismo econômico para a China e Leste asiático, a ascensão dos regionalismos e dos *hinterlands* como novo possível fundamento geopolítico da economia mundial e da construção de um sistema-mundo multipolar.

Dividiremos o texto em 2 partes: na primeira analisaremos as principais características do Kondratiev vigente e os fundamentos da crise da hegemonia atlantista sobre a economia mundial; na segunda analisaremos a ascensão da China e dos BRICS e seus possíveis impactos geopolíticos.

### **O Ciclo Longo Atual e a Economia Mundial**

Os ciclos ou ondas longas têm sido estudados por diversos autores desde os anos 1910 e 1920. Entre eles se destacam Jacob Van Gelderen, Nicolai Kondratiev, Joseph Schumpeter, Ernst Mandel, Christopher Freeman, Carlota Perez e Theotonio dos Santos. Por questões de espaço não voltaremos a este debate teórico que analisamos em profundidade em nosso livro, *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (2011), mas utilizaremos aqui os principais instrumentos analíticos para a compreensão do funcionamento destes ciclos na economia mundial contemporânea. Os ciclos longos, ou ciclos de Kondratiev - autor russo que por seus estudos deu o nome a estes processos - são uma forma de expressão razoavelmente sistemática do funcionamento da economia capitalista, concentrando-se nos países centrais desde o surgimento da revolução industrial no fim do século XVIII. Expressam a combinação e os desajustes entre paradigmas tecnológicos e organizacionais a estes relacionados. Rupturas tecnológicas radicais dão lugar a inovações primárias, secundárias e terciárias que confrontam estruturas e inércias organizacionais e abrem o espaço para inovações institucionais que se combinam com as tecnológicas para desenvolvê-las. Em linhas gerais estes ciclos dividem-se em fases A de alto crescimento e B de baixo crescimento e podem ser medidos pelas oscilações da taxa de crescimento do PIB per capita e da taxa de lucro. As fases de alto ou baixo crescimento influenciam os ciclos mais curtos transmitindo-lhes seu ritmo e sofrem por sua vez a influência de movimentos mais amplos. Os períodos de alta expansão e os de baixo crescimento dividem-se em sub-fases: os primeiros em retomada, prosperidade e maturidade; e os últimos em recessão,

depressão e recuperação. A passagem para cada sub-fase é intermediada por uma pequena crise ou curta inflexão descendente.

Desde 1994 podemos situar a emergência de uma nova fase de expansão do ciclo longo na economia mundial, o que se observa pelos movimentos da taxa de crescimento do PIB per capita mundial e da taxa de lucro que se elevam significativamente frente aos patamares alcançados entre 1974-93. Esta fase expansiva se inicia com a retomada entre 1994-98, apresentando uma moderada inflexão no seu ritmo de crescimento em 2001, para retomar sua forte expansão na prosperidade que se estabelece entre 2002-07. A crise de 2008-09 é uma inflexão aguda que produz crescimento negativo durante um curto período de tempo, abrindo espaço para a subfase de maturidade que se inicia a partir de 2010. Este período de crescimento longo, que provavelmente ingressa em sua última sub-fase e deverá se esgotar nesta década, apresenta as seguintes características:

- a) Menor intensidade de expansão em relação ao período 1950-73, em razão de outros movimentos mais amplos de caráter descendente que atuam sobre ele.
- b) Crescente deslocamento do dinamismo econômico para o leste asiático, em particular à China, com encadeamentos para as regiões que com ela se articulam;
- c) Crise de hegemonia do eixo atlantista da economia mundial - e das periferias e semiperiferias a este articuladas - que avança com a sequência das subfases e suas inflexões;
- d) Lento e progressivo estabelecimento de uma bifurcação entre a hegemonia atlantista das potências marítimas e a ascensão de regionalismos e dos *hinterlands*.

A análise empírica baseada no PIB per capita mundial, sistematizado pela série formulada por Angus Maddison e seus seguidores, nos permite visualizar os Kondratievs desde meados dos anos 1870, quando começam efetivamente a se mundializar com a difusão da grande indústria e organização de uma divisão internacional do trabalho a ela articulada, ainda que possam ser visualizados para os principais países industrializados como a Grã Bretanha ou França desde o fim do século XVIII, utilizando-se como base estatística o PIB per capita nacional<sup>1</sup>. Se tomarmos o

---

<sup>1</sup> A série estatística pode visualizada a partir do seguinte endereço eletrônico: <http://www.ggd.net/maddison/maddison-project/home.htm>

crescimento do PIB per capita como critério podemos observar que entre 1994-2010 a expansão anual atingiu 2,4%, um salto drástico em relação à fase de estagnação relativa que a precedeu, quando este alcançou apenas 1,2% a.a entre 1974-93, mas ainda abaixo aos 2,9% do período de anos dourados da economia mundial, quando convergiram as fases expansivas do Kondratiev e do ciclo sistêmico estadunidense da economia-mundo. Outro critério de mensuração é a taxa de lucro, cujos os dados empíricos disponíveis são muito menos abrangentes e compreendem series mais limitadas cronologicamente. Aqui utilizamos apenas as taxas de lucro dos Estados Unidos. Entretanto o peso deste país na economia mundial, como PIB ou como mercado mundial, e a profunda associação das oscilações da taxa de lucro estadunidense com as do crescimento econômico do PIB global, nos permite utilizar este indicador como evidência probabilística destes ciclos<sup>2</sup>.

Além da taxa de lucro haver subido significativamente nos Estados Unidos a partir de 1994, frente ao patamar que manteve entre 1974-93, a massa de lucros das corporações estadunidenses não-financeiras oriundas do exterior, elevou-se dramaticamente indicando o caráter internacional do movimento de elevação das taxas de lucro. Entre 1991-94 a taxa de lucro subiu abruptamente nos Estados Unidos, em movimento similar mas inverso ao de 1967-70, quando caiu 52%, saltando do patamar de 6,4% entre 1968-93, para atingir a média 9,1% entre 1994-2013, nível próximo ao de 1959-68, quando nivelou-se em 10,3% (Gráfico 1). A massa de lucros oriundas do exterior das corporações estadunidenses, por sua vez, se elevou da faixa de 5%-10% entre 1967-70, para 15%-20% entre 1994-2000 e 2000-05 e 20%-30% entre 2008-13 (Gráfico 2).

A dificuldade de muitos cientistas sociais em perceber o ciclo de expansão, para além de problemas analíticos, pode ser atribuída à mediocridade do desempenho da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão nesta fase de expansão, onde o crescimento econômico é fortemente deslocado para o leste asiático, em particular para a China. Estados Unidos e Europa Ocidental apresentam crescimento do PIB per capita de 1,5% a.a. entre 1994-2010, bem próximo à taxa de crescimento mundial na fase longa recessiva que precedeu o período atual. Tal desempenho medíocre vem se aprofundando durante a trajetória desta fase expansiva. De 1980-2000, os Estados Unidos crescem

---

<sup>2</sup> Segundo o OECD Economic Outlook 2014, os Estados Unidos representavam aproximadamente 12% das importações mundiais e 9% destas exportações em 2012 ao passo que, em 1998, representavam 16,3% e 13,8%, respectivamente. Segundo a serie estabelecida por Angus Maddison, em 2008, os Estados Unidos representavam 18,6% do PIB mundial e, em 1994, 21,5%. A crise de 2008-10 baixa ainda mais o patamar do PIB estadunidense, aproximando-o de 17% em 2010.

bem acima da economia mundial, utilizando a elevação das taxas de juros e a sobrevalorização do dólar como instrumentos de reação contra a deterioração produtiva de sua hegemonia, bloqueando o dinamismo econômico mundial. Neste período o PIB per capita estadunidense se expande em 2,2% contra 1,4% do PIB per capita mundial. Entretanto, os desequilíbrios financeiros e cambiais provocados e a elevação da competitividade trazida pelo restabelecimento da fase expansiva evidenciaram cada vez mais os limites e contradições da estratégia de financeirização do capital, obrigando os Estados que a adotam a redefinir os seus termos, o que não os impede de serem arrastados crescentemente ao parasitismo e à crise econômica, social, política e ideológica.

Se entre 1994-2000 Estados Unidos e Europa Ocidental ainda suplantam o crescimento do PIB per capita mundial, a partir de então a relação se inverte: o PIB mundial passa a crescer cada vez mais, quanto maior a mediocridade dos desempenhos estadunidense e europeu. Entre 2001-10, o PIB per capita dos Estados Unidos cresce 0,6%, o da Europa Ocidental 0,8% e o do mundo 2,6%, articulando-se cada vez mais à dinâmica chinesa. A trajetória do Kondratiev vigente aprofunda, portanto, a crise do eixo atlantista que se inicia desde os anos 1970.

### **A Crise de Hegemonia Atlantista: Fundamentos e Dimensões.**

A crise de hegemonia atlantista se estabelece desde os anos 1970 e tem sua origem no esgotamento do pacto keynesiano que vinculou o aumento do gasto público ao estabelecimento do pleno emprego. Tal pacto se esgota com ameaça estrutural que o pleno emprego passou a exercer sobre a taxa de lucro a partir da mundialização da revolução científico técnica. Esta transforma o valor da força de trabalho no fundamento central da produtividade, ao estabelecer o conhecimento e a subjetividade como os principais elementos das forças produtivas. Inverte-se a lógica da revolução industrial onde a produtividade era a expressão da desvalorização da força de trabalho frente a maquinaria, impulsionando o protagonismo da mais-valia relativa e da subsunção real do trabalho ao capital<sup>3</sup>. A crise da subsunção real se expressou nos movimentos de

---

<sup>3</sup> Temos mostrado em um conjunto de trabalhos os efeitos da mundialização da revolução científica técnica sobre o processo de trabalho, a formação do valor e os processos de acumulação de capital. Ao tornar o valor da força de trabalho, em particular, a sua qualificação, o elemento central das forças produtivas, a revolução científico-técnica impulsiona a redução da diferença entre o valor do trabalho e o valor da força de trabalho pressionando negativamente a taxa de mais-valia. Este contexto qualificamos de crise civilizatória e se aproxima ao de era revolucionária descrito por Marx no Prefácio à

massa que se iniciaram de forma explosiva em 1968 e avançaram pelos anos 1970, unindo estudantes, trabalhadores e amplas minorias para confrontar a autocracia, o despotismo institucional da burocracia, a separação entre trabalhadores manuais e intelectuais, o colonialismo interno, os limites da democracia representativa, o imperialismo, a guerra e a destruição ecológica do planeta.

Esta ofensiva avança pela década de 1970, perdendo sua força explosiva, sendo confrontada pelo neoliberalismo, a partir da virada para os anos 1980, que substitui o keynesianismo tornando-se um instrumento regulatório decisivo do capital para conter os novos movimentos sociais, refundar o Estado e criar as condições para o restabelecimento da taxa de lucro, impondo um mercado de trabalho com altos níveis de desemprego, fundado na queda dos preços da força de trabalho por abaixo de seu valor, estendendo aos grandes centros a superexploração do trabalho e destravando os obstáculos para retomada dos processos de acumulação produtiva.

A experiência neoliberal se iniciou no Chile de Pinochet estendendo-se para os Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido e para o conjunto da Europa Ocidental no início dos anos 1980. Para eliminar o pleno emprego e estabelecer a superexploração do trabalho, o neoliberalismo impôs a financeirização do capital que deslocou parte da acumulação do setor produtivo ao financeiro, impulsionando a dívida pública e a competição pelo capital circulante, bem como a realocação dos investimentos produtivos através da abertura comercial e liberalização dos fluxos de capital. A dívida pública passou a mover-se buscando a geração de capital fictício e não mais a produção de empregos e a elevação da produtividade. O neoliberalismo não significou a redução do Estado, mas a sua ampliação mediante o uso do monopólio da violência, direcionando os gastos públicos para sustentar os processos financeiros de acumulação, a competição armamentista e conter os gastos em bem estar-social. A realocação dos investimentos associada às novas tecnologias de produção para mercados mundiais permitiu descentralizar parte da indústria, utilizando as vantagens competitivas da força de trabalho no mundo para redirecionar os fluxos de investimento produtivo. Ambos processos reduziram a taxa de investimento nos países centrais, contribuindo a médio e

---

contribuição à crítica da economia política, quando uma nova estrutura de forças produtivas entra em contradição com as relações de produção e suas formas de propriedade. Para apropriar-se da revolução científico-técnica, o capital necessita estabelecer políticas de superexploração do trabalho, reduzindo os preços da força de trabalho por abaixo de seu valor, o que o leva, nos países centrais, a romper o pacto keynesiano com os trabalhadores e a deslocar parte do seu circuito de valorização para a acumulação financeira ou para outras regiões do mundo, onde a relação entre o valor do trabalho e o valor da força de trabalho lhe seja mais favorável.

longo prazo para o parasitismo e desmonte da engrenagem de crescimento virtuoso do eixo atlantista.

Inicialmente a sobrevalorização do dólar significou acentuada elevação da riqueza da burguesia estadunidense, todavia a forte aceleração dos déficits comerciais, da dívida pública e sua internacionalização entraram em contradição com os baixos estoques que apresentavam no início dos anos 1980, acumulando-se e colocando em cheque a diplomacia do dólar forte. Se durante o Kondratiev recessivo a elevação das taxas de juros estadunidenses e a sobrevalorização do dólar impuseram-se sobre a economia mundial, sacrificando-a em função de sua dinâmica parasitária, ainda que sem impedir a formação de novos centros produtivos, a partir de 1994 é cada vez menor a capacidade de Estados Unidos e União Europeia imporem ao mundo a valorização de suas moedas e a sua política monetária. Entre 1979-94, a elevação das taxas de juros estadunidenses aumentou dramaticamente os níveis de endividamento internacionais provocando o colapso dos projetos de modernização acelerada na periferia - baseados na dependência financeira externa, em particular na América Latina, Leste Europeu e África -, a forte redução das taxas de crescimento econômico mundiais e a drástica redução dos preços do petróleo. Neste período, os Estados Unidos incrementam de 417% para 458% seus níveis de renda per capita em relação à média da economia mundial e o norte da Europa, somado à Itália, o faz em menor escala, de 306% a 329%<sup>4</sup>. As contradições da diplomacia do dólar forte no âmbito do atlantismo foram resolvidas no início dos anos 1990 mediante o forte ajuste do iene e do marco, reduzindo o saldo comercial destas economias com os Estados Unidos, mas também o seu dinamismo econômico, provocando o início da longa estagnação japonesa.

A crise de hegemonia do atlantismo se inicia por razões internas. Até 1979 não havia desafio significativo a sua competitividade por outras regiões do mundo. A hegemonia estadunidense permanecia sólida no interior do atlantismo e neutralizará a ofensiva econômica japonesa com o ajuste das políticas cambiais nos anos 1990. É a necessidade de prolongar a confrontação com sua classe trabalhadora, iniciada em fins dos anos 1960, convertendo a superexploração do trabalho em uma política estrutural dos centros atlantistas para além das inflexões cíclicas, ao manter os principais fundamentos da financeirização em período de retomada da dinâmica de crescimento longo da economia mundial, que impulsionará esta crise acelerando a realocação dos

<sup>4</sup> Cálculo do autor a partir da série estabelecida por Angus Maddison e seus discípulos: <http://www.ggd.net/maddison/maddison-project/home.htm>

investimentos produtivos. Tal ponto converge com as análises de Giovanni Arrighi e Beverly Silver que apontam que na atual crise de hegemonia as contradições intra-estatais seriam determinantes em relação às inter-estatais, diferentemente do período precedente no longo século britânico<sup>5</sup>. Entre 1994-2010, a renda per capita dos Estados Unidos cai de 458% para 390% da economia mundial e no Norte da Europa + Itália de 329% para 278%. No período, a China - que havia aproveitado a drástica elevação do iene entre 1991-94 para fazer o movimento oposto, desvalorizando fortemente sua moeda, atrelando-a ao dólar e levando ao fracasso a gestão trilateral das contradições da financeirização estadunidense<sup>6</sup> - eleva sua participação no PIB mundial de 5,1% em 1979, para 8,2% em 1991, 10% em 1994 e 17% em 2010<sup>7</sup>.

A crise de hegemonia do atlantismo apresenta diversas dimensões que se aprofundam neste ciclo longo: a financeirização da economia, a queda das taxas de investimento, o aumento da dívida pública, o deslocamento para o exterior dos investimentos produtivos, a perda de competitividade internacional, a perda da autonomia da política monetária, o alto nível de desemprego, a contenção ou redução dos salários reais, o aumento da desigualdade, o aumento das assimetrias regionais e a substituição do liberalismo pelo neoliberalismo gerando a crise do bipartidarismo. Vejamos estes aspectos em detalhe

A financeirização da economia atlantista apresenta dois estágios: o primeiro impulsionado pelo aumento das taxas de juros, impulsionadas pelo FED, para a disputa do capital circulante, que se expressa num aumento drástico da dívida pública. Este estágio predomina durante a fase recessiva do Kondratiev, quando as taxas de juros reais são significativamente superiores às taxas de crescimento do PIB e implicam um peso significativo e crescente dos juros no orçamento público. Cria-se uma regulação da economia que eleva significativamente o gasto público em relação ao período keynesiano clássico, mas o direciona em grande parte para a valorização do capital fictício. No segundo período iniciado a partir do Kondratiev expansivo, as taxas de juros reais caem abaixo das taxas de expansão do PIB, mas a dívida pública e os gastos

---

<sup>5</sup> Ver Caos e governabilidade no moderno sistema mundial (1999), publicado no Brasil pela editora Contraponto (2001)

<sup>6</sup> Desta forma a China transfere para si o saldo comercial com os Estados Unidos apropriando-se de grande parte do mercado interno estadunidense, elevando os déficits em conta corrente e endividamento externo deste país via internacionalização de sua dívida pública, na qual os chineses terão participação crescente.

<sup>7</sup> Cálculo do autor a partir da série estabelecida por Angus Maddison e seus discípulos: <http://www.ggdc.net/maddison/maddison-project/home.htm>



públicos permanecem crescendo a partir da intervenção do Estado no mercado privado de títulos financeiros, garantindo a liquidez de ativos podres quando este colapsa. A financeirização implica ainda uma queda significativa na taxa de investimento dos centros atlantistas que se associa a um duplo fenômeno que se desenvolve na formação dos lucros de suas corporações multinacionais: parcelas crescentes da massa de lucros se originam no setor financeiro e no exterior - oriunda neste caso dos investimentos de filiais destas corporações. A perda de competitividade das economias atlantistas se faz evidente na redução das taxas de crescimento econômico, na diminuição da parcela do PIB ou do comércio mundiais que representam – atualmente infladas pela sobrevalorização de suas moedas -, no crescimento de seus déficits comerciais, na internacionalização de suas dívidas públicas e na vulnerabilidade de seus balanços de pagamentos. O alto nível de endividamento público e a vulnerabilidade de seus balanços de pagamentos lhes vão retirando crescentemente a autonomia de suas políticas monetárias e cambiais pelos efeitos explosivos que podem exercer sobre o gasto público e o equilíbrio macroeconômico. Esses processos desenvolvem-se em maior ou menor grau entre os países atlantistas, apresentando-se nos Estados Unidos, sua principal potência, com maior intensidade e nitidez. Na União Europeia, a Alemanha utiliza a contenção dos salários internos como um dos pilares da sua competitividade, auferindo um expressivo saldo comercial com os países da zona do euro - o que contribui decisivamente para aprofundar as suas assimetrias internas e as desigualdades sociais e regionais - e com os Estados Unidos e o Reino Unido - países que mantêm suas moedas sobrevalorizadas – sem evitar, todavia, a queda de sua participação relativa no comércio mundial.

Os gráficos 3 e 4 mostram o significativo aumento dos gastos públicos e da dívida pública nos Estados Unidos, na zona do Euro e países da OCDE. Esta se eleva drasticamente na década de 1980, em função do incremento dos juros e seu peso no orçamento público e, posteriormente a partir da crise de 2008, em função da compra por parte do Estado de títulos podres, sustentando expectativas de lucros extraordinários sem liquidez. Entre 2008-2014/3, nos Estados Unidos, o governo federal comprou US\$ 4,2 trilhões em dívidas hipotecárias no mercado privado e as instituições financeiras privadas, por sua vez, se desfizeram de US\$ 4,5 trilhões que tinham sob controle, o que indica o alto nível de rentabilidade destas operações<sup>8</sup>. Na zona do euro, a ajuda dos

---

<sup>8</sup> Conferir em <http://www.federalreserve.gov/econresdata/releases/mortoutstand/current.htm>

governos europeus aos bancos alcançou € 4,5 trilhões, aproximadamente 36,7% do PIB europeu, dos quais foram usados €1,6 trilhões entre 2008-2010. Entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012 dois novos programas de refinanciamento de longo prazo emprestaram €1,1 trilhões aos bancos europeus, com liquidez de €520 bilhões. Desenvolve-se um capitalismo monopolista de Estado que sustenta lucros extraordinários fortemente desvinculados do progresso tecnológico e dos investimentos produtivos nos países centrais.

O processo de financeirização se vincula à queda das taxas de investimento nos países centrais que pode ser estimada por um conjunto de indicadores: a queda nas taxas de investimento nos Estados Unidos (Gráfico 5), a queda nas taxas de poupança na Europa Ocidental e Japão (Gráfico 6), o aumento dos lucros de origem financeiros (gráfico 7) e dos lucros obtidos no exterior na massa geral de lucros das corporações estadunidenses. O aumento do estoque externo de capital estrangeiro/PIB entre os principais países europeus e os Estados Unidos, Japão sinaliza para a realocação do circuito produtivo do capital nas potências atlantistas (Gráfico 8). Tais fatores promovem um lento deslocamento do eixo de poder na divisão internacional do trabalho manifesta na significativa perda de competitividade no comércio internacional de Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Japão (Gráfico 9). A perda de competitividade apresenta-se principalmente na redução da participação relativa no nas exportações mundiais<sup>9</sup>, podendo apresentar-se como forte déficit comercial, caso dos Estados Unidos, mas não necessariamente, caso da Alemanha<sup>10</sup>.

O saldo comercial da Alemanha saltou de 2,9% do PIB em 2000 para alcançar 8% do mesmo em 2007, sendo 65% deste obtido no interior da Europa, fonte mais dinâmica do saldo que o expandiu em 230% contra 186% das regiões fora da Europa, cuja principal origem era os Estados Unidos, de onde provinha mais 50% do superávit comercial extra-europeu. O grande determinante deste saldo foi a contenção salarial que combinada à alta tecnologia permitiu a Alemanha impulsionar dramáticos desequilíbrios

<sup>9</sup> Entre 1999-2014 a participação agregada de Estados Unidos, Alemanha, Itália, França, Grã-Bretanha e Japão nas exportações mundiais cai de 44,4% para 31,1%. Ver The Economic Outlook, 2014.1.

<sup>10</sup> Os Estados Unidos após forte escalada do déficit comercial que atinge seu pico em 2008, o reduzem significativamente em função da desvalorização do dólar, da diminuição do déficit da conta-petróleo e da apreciação do yuan. A diminuição do déficit da conta-petróleo se vincula principalmente à substituição da importação de petróleo pela produção local e pelo gás de xisto – com fortes impactos ecológicos. Todavia é cada vez menor o espaço para o impacto desta redução no resultado global da balança comercial, uma vez que o déficit da conta-petróleo cai de 64% para 36% desta entre julho de 2008-2014, e aquela continua a ser pressionada pela competitividade de outras regiões do mundo, principalmente a chinesa.

comerciais na zona do euro que provocaram a crise do balanço de pagamentos e da dívida soberana de Grécia, Espanha e Portugal, revertendo a tendência à convergência da renda média europeia que se estabelecia lentamente. As variações positivas de compensação salarial entre a zona do euro e a Alemanha, desde o início de 1990 até 2008, foram muito superiores aos de produtividade entre a Alemanha e a zona do euro, que quase se aproximam a 1. No caso da Alemanha, a variação das compensações salariais foi inferior aos índices de inflação para a década de 2000. A Grécia que apresentou no período uma produtividade muito superior a alemã, mas expansão salarial bastante maior que os seus diferenciais de produtividade foi estrangulada em seu processo de convergência. Entre 2001-2013, se a Alemanha passou de 116 a 124 da renda média da União Europeia, a Itália cai de 119 para 98, a França de 116 para 108, a Espanha de 98 para 95, a Grécia de 87 para 75, e Portugal de 81 para 76<sup>11</sup>. Essencial para contenção salarial dos trabalhadores alemães foi a unificação alemã com a destruição de empresas e incorporação de milhões de trabalhadores à Alemanha Ocidental. Utilizando-se do mercado comum europeu em jogo de soma zero, lançando mão de sua vantagem histórica em produtividade, combinando-a com a redução salarial, a Alemanha manteve taxas de investimento bastante superiores à média da União Europeia, fortalecendo-se como espaço de acumulação produtiva, mantendo altos níveis de desemprego que caem à metade entre 2005-2013, para alcançar 5,5% e atravessar a crise em tendência inversa a da região. Todavia, nem mesmo utilizando-se do mercado regional para produzir assimetrias, a Alemanha consegue deter seu processo de declínio, pois a crise europeia e mediterrânea restringe a sua expansão sustentada: o PIB per capita alemão passa de 338% para 264% da média da economia mundial entre 1994-2010.

Limitada historicamente em sua expansão pelas potências atlantistas que impediram a sua afirmação territorial e marítima no século XX, a Alemanha reunificada adota o enfoque neoliberal impulsionado desde os principais centros atlantistas - Estados Unidos e Reino Unido. Ao fazê-lo, articula a financeirização na Europa com a criação de um mercado regional regulado por altas taxas de desemprego. Entra assim em contradição com sua vocação de longo prazo para afirmar-se como *hinterland* europeu, capaz de vincular-se a um novo alinhamento geopolítico mundial onde as potências territoriais e os mercados internos poderão jogar um papel fundamental.

---

<sup>11</sup> Ver <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

As políticas de superexploração do trabalho elevam fortemente a desigualdade nos países centrais e colocam em cheque o centrismo político, expresso no sistema bipartidário. Nos Estados Unidos, a participação dos 10% mais ricos no PIB se eleva de 33,4% a 47,9% entre 1970-2010; e na Europa, de 27,6% a 34,7% entre 1979-2010, chegando a 36,9%, caso não se inclua a Suécia. Na Europa, o salto na concentração da renda se dá principalmente no Reino Unido que evolui de 32,6% em 1980 para 41,6% em 2010, mas também é expressiva na Alemanha passando de 32,6% para 36,1% no mesmo intervalo temporal<sup>12</sup>. As taxas de desemprego mantem-se em altos níveis nos Estados Unidos e Europa, atingindo principalmente à juventude, e os salários reais mantêm-se comprimidos, situando-se nos Estados Unidos em níveis inferiores aos de início dos anos 1970.

Na Europa, a crise do bipartidarismo pode ser aferida por dois fatores: pela queda da participação dos dois principais partidos no parlamento europeu e pelo aumento das abstenções. Desde 1999, a participação das duas principais coalizões partidárias no parlamento europeu, de centro-direita e centro-esquerda, caiu de 66% das cadeiras para 54,8% em 2014. De outro lado, a taxa de participação do eleitorado vem se reduzindo progressivamente desde 1979, passando de 62% para 42,5% em 2014. Nos Estados Unidos, o sistema bipartidário é bastante mais sólido mas também sofre desgaste. Pesquisas do Gallup apontam que a parcela da população que considera necessária a criação de um terceiro partido subiu de 40% em janeiro de 2004 para 58% em janeiro 2014. O mesmo instituto assinala que a confiança no Poder Executivo oscilou de 70% em 1972 para aproximadamente 60% entre 1978 e 2001 – destacando-se a aguda queda para 40% na gestão de Nixon -, subindo novamente a 70% durante o pós-11 de setembro para cair drasticamente no fim do governo George W Bush próximo aos 40%. Elevou-se no governo Obama até 56% mas caiu novamente a 43% em 2014. Queda mais drástica sofre o Poder Legislativo, cuja confiança cai de 65% em 2002 para 28% em 2014. A eleição de Obama, um presidente negro, o mais votado da história dos Estados Unidos, motivando em 2008 a maior participação eleitoral estadunidense desde 1968, reforça a desconfiança com as elites tradicionais anglo-saxãs e o desejo de mudança, o que se acentua com a sua queda de popularidade e incapacidade de restabelecer a confiança no sistema político. A queda contínua de brancos entre os eleitores que passam de 89% do total em 1976 para 72% em 2012, o aumento da

---

<sup>12</sup> Ver The Economic Report of The President (2014) e Capital in the Twenty-First Century (2014) de Thomas Piketty.

participação de negros, latino-americanos e asiáticos, a elevação da desigualdade social e a financeirização pressionam o sistema político para a polarização, reduzindo o espaço estrutural de legitimidade de uma política centrista. O formato que isto poderá tomar nos Estados Unidos nas próximas décadas é imprevisível: poderá o Partido Democrata inclinar-se à esquerda e o Republicano à direita, atendendo a esta polarização? Ou no limite estes partidos poderão ainda cindir-se, criando-se um partido à esquerda do Partido Democrata e outro à direita do Partido Republicano? A eleição de Donald Trump em forte contradição com a oligarquia do Partido Republicano e a forte desempenho da candidatura de Bernie Sanders são indicativos das fortes tensões que se desenvolvem no sistema bipartidário estadunidense.

### **A Ascensão da China e os BRICS: Formação de um Novo Bloco Histórico?**

Entre o século XIX e metade do século XX, a queda da participação da Ásia no produto mundial foi drástica e se deu em benefício da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Entre 1820-1950, a participação da Ásia caiu de 56,2% para 15,5% do PIB mundial, enquanto a da Europa Ocidental e Estados Unidos se elevou de 25,4% até 56,9% no mesmo período. Especificamente a China sofreu uma queda de 32,9% para 4,5% que foi interrompida em 1950, elevando-se discretamente para 4,6% em 1973, enquanto que a participação da Índia continuou a cair, reduzindo-se de 4,2% para 3,1% entre 1950-73, desde 16% em 1820. A industrialização per capita caiu drasticamente no século XIX, cerca de 6 vezes na Índia, 3 vezes no terceiro mundo, e 2 vezes na China, ao passo que se multiplicou por 4 no Reino Unido entre 1830-1900. O auge da civilização capitalista ocidental atlantista se deu entre 1820-1970<sup>13</sup>.

A revolução socialista maoísta interrompeu esta queda, impulsionando a industrialização, a reforma agrária, os investimentos em saúde e educação e um processo de acumulação sem despossessão. Todavia a excessiva centralização administrativa dos processos produtivos pelo Estado, a tentativa de impor grandes escalas de produção sem base tecnológica correlata, a coletivização forçada e a forte transferência de excedentes do campo à indústria geraram má utilização e enormes desperdícios de recursos, limitando o alcance do desenvolvimento chinês. A ofensiva da revolução cultural contra a burocratização do Estado e a monopolização do poder

---

<sup>13</sup> Ver *Ascensão e Queda das Grandes Potências* (1987) de Paul Kennedy e *The World Economy: a Millennial Perspective* (2001), de Angus Maddison.

político foi reprimida mas encontrou uma resposta no período de Deng Xiao Ping na descentralização administrativa dos processos produtivos, que ampliou a autonomia decisória das populações locais, transferindo poder empresarial do Estado às comunidades, mantendo-se, todavia, a estrutura centralizada do poder político.

Giovanni Arrighi ao analisar o processo de ascensão da China na economia mundial em *Adam Smith em Pequim* (2007) indica como chave para isso a revolução industrial. Esta, diferentemente da revolução industrial que separava o trabalhador dos meios de produção substituindo-o pelo capital fixo e a maquinaria, investiu na elevação das qualificações e num arranjo tecnológico intensivo em uso do trabalho. A revolução industrial articulou-se com a longa duração da revolução socialista chinesa que fundamentou-se no campesinato e na linha de massas do Partido Comunista e em investimentos sociais, como saúde e educação, mas necessitou da autonomia gerencial para desenvolver-se. O estabelecimento do sistema de responsabilidade familiar na agricultura, a criação das *township and villages enterprises* (TVEs) - empresas comunitárias agrícolas e industriais – produziram os estímulos para o uso do trabalho qualificado e o desenvolvimento da atividade gerencial com relativa autonomia. A isto se articulou a promoção pelo Estado da internalização dos capitais da diáspora chinesa, o desenvolvimento por este de setores estratégicos e de joint-ventures com o capital estrangeiro para transferência de tecnologia, mediante participação significativa no controle decisório. O PIB chinês subiu de 5,1% a 7,2% do PIB mundial entre 1978-1986 e desde então a China aprofundou sua vinculação ao mercado internacional, elevando as exportações de 10% do PIB para 39% do mesmo entre 1986-2006.

Durante este período a China aproximou-se fortemente dos Estados Unidos, aspirando à condição de G-2. Desvalorizou sua moeda e a fixou ao dólar, aproveitando-se da elevação do valor do iene, criou gigantescos superávits comerciais, financiou uma parte crescente da dívida norte-americana comprando títulos do FED, e desenvolveu processos de acumulação por despossessão mediante a diminuição radical do emprego público e a expropriação da terra, tornando-a urbana por determinação estatal. O coeficiente de Gini se elevou de 0,30 em 1978 para 0,49 em 2008 e a participação da China no PIB mundial alcançou 17,4% neste ano. A economia chinesa assumiu forte perfil industrial respondendo por 15% da indústria mundial e 50% do PIB nacional<sup>14</sup>. Estruturou-se um setor produtivo baseado num segmento estatal que compreende

---

<sup>14</sup> Veja-se *OECD Economic Surveys: China 2013*

aproximadamente 30% do PIB industrial (telecomunicações, petróleo e gás, geração e distribuição de energia, aviação civil, construção naval e defesa); um segmento de joint-ventures sob forte presença do Estado mediante participação acionaria, presença nos conselhos decisórios, controle do crédito, encadeamentos tecnológicos (maquinarias, automóveis, tecnologias da informação, P&D, química, metais básicos, aço e exploração geológica); e outro segmento de pequenas e médias empresas onde se destacam as TVE's, que foram quase totalmente privatizadas, resultando em casos de insider privatization, onde os gerentes tornaram-se seus proprietários, a partir de estímulos governamentais<sup>15</sup>.

Todavia, crise mundial de 2008 colocou em cheque este modelo e sinalizou seus importantes limites estruturais: a vinculação prioritária ao mercado norte-americano tornou cada vez mais a China vulnerável às suas instabilidades, arriscando-se a importar suas crises; a elevação da desigualdade pressiona no sentido da busca permanente de níveis elevados crescimento econômico para reduzir as tensões sociais que vão se acumulando; o alto grau de concentração industrial elevou a dependência de commodities aumentando a vulnerabilidade externa e a exposição ao seu ciclo de preços, ao tempo que impulsiona os desequilíbrios macroeconômicos internacionais; e o alto nível de poluição provocado pela concentração industrial e altas taxas de crescimento degrada as condições de vida e viola o desenvolvimento sustentável. A ameaça de internalização da crise mundial de 2008, com epicentro no eixo atlantista, fez o governo chinês iniciar uma revisão deste modelo de expansão, priorizando o mercado interno. Para isso, estabeleceu um pacote fiscal anti-crise equivalente a 9% do PIB que impulsionou gastos públicos orientados à infraestrutura, inovação, habitação, apoio à agricultura, saúde e seguridade social; valorizou o yuan para conter as exportações; elaborou o 12º plano quinquenal que propõe-se impulsionar a transição de uma economia industrial baseada no crescimento quantitativo para outra de crescimento qualitativo, fundada na construção de uma economia de serviços vinculada à alta tecnologia industrial, à ciência, à promoção do bem-estar, à diminuição da concentração de renda, à sustentabilidade e redução do uso de combustíveis fósseis; e formalizou o estabelecimento do BRICS, que criou outro foco de expansão para a política externa chinesa que vincula-se à construção de uma força internacional centrada na aliança entre países com forte vocação continental e com grande projeção para o Sul, com

---

<sup>15</sup> Veja-se o artigo *A Geopolítica mundial e a economia política no século XXI: hegemonia, BRICS e América Latina* (2013)

expectativas e potencialidade de afetar a médio ou longo prazo o alinhamento geopolítico internacional e suas estruturas de poder.

A Carta de Fortaleza, resultado da VI Cúpula dos BRICS, afirma que estes países estão empenhados na construção de um marco intergovernamental inclusivo, transparente e participativo com uma agenda de desenvolvimento universal e voltada para a erradicação da pobreza. Estabelece a criação de um novo banco de desenvolvimento, dedicado a ultrapassar os problemas de financiamento que os países emergentes e em desenvolvimento enfrentam para resolver seus problemas de infraestrutura. Respalda o acordo de comércio e investimento em moedas locais, formalizado pelos BRICS em 2012, e propõe swaps de divisas como mecanismo para limitar o uso do dólar. Afirma a importância das empresas estatais, da cooperação e do intercâmbio internacional entre elas, bem como das pequenas e médias empresas, para a promoção do desenvolvimento. Assume particular preocupação com o desenvolvimento de infraestrutura e da indústria na África. Estabelece ainda um fundo de estabilização contra ataques especulativos internacionais e faz fortes críticas ao Banco Mundial e ao FMI por não democratizarem suas estruturas decisórias e seus sistemas de cotas, considerando a meta de erradicação da pobreza extrema inalcançável nestes termos. Propõe a reforma do Conselho de Segurança para que Brasil, Índia e África do Sul possam jogar um papel mais decisivo nas Nações Unidas. Afirma que a segurança é um bem coletivo e que nenhum Estado deve fortalecer sua segurança em detrimento dos demais. A carta assume posições anti-imperialistas, defendendo uma solução não militar para a crise política na Síria, o estabelecimento de uma zona livre de armas nucleares e de destruição em massa no Oriente Médio, e a soberania de um Estado Palestino com base nas linhas de 4 de junho de 1967, convivendo pacificamente com Israel. Assume a preocupação com as crises humanitárias e políticas na África, Oriente Médio e no Afeganistão, propondo a mediação das Nações Unidas e mecanismos negociados e consensuais de solução.

Abre-se, portanto, um espaço de acumulação de poder capaz de retomar o espírito de Bandung, ancorado em bases materiais muito mais poderosas, impulsionados pela ascensão chinesa na primeira década do século XXI, como já mencionava Giovanni Arrighi ao analisar a emergência dos países do Sul<sup>16</sup>. Os BRICS apresentam uma agenda que: a) propõe um giro dos investimentos financeiros para os produtivos, o que no

---

<sup>16</sup> Ver *Adam Smith em Pequim* (2008) e *Beyond the Washington consensus: a new Bandung?* (2010).



limite pode ameaçar os lucros monopólicos ao pressionar para abaixo os preços das mercadorias; b) constrói marcos intergovernamentais que envolvem diretamente 40% da humanidade e que podem ampliar-se para o Sul, criando possibilidades muito menos assimétricas de relação entre os poderes econômicos e sociais que as impulsionadas globalmente pelas potências marítimas; c) fortalece um padrão de desenvolvimento fortemente apoiado em empresas estatais e pequenas médias empresas, de caráter inclusivo e universalista; d) questiona a hegemonia atlantista na economia mundial materializada no controle do sistema de Bretton Woods e ONU, no monopólio financeiro e tecnológico de suas burguesias e no imperialismo; e) impulsiona um padrão de política externa anti-imperialista, baseado nos princípios da soberania, autodeterminação dos povos, solução negociada de conflitos.

Entre os fatores que impulsionam os BRICS, como embrião de um novo bloco histórico territorialista capaz de disputar o poder no sistema mundial num período de caos sistêmico, estão: a posição similar de sua população em termos de renda per capita, próxima a média da economia mundial; o seu amplo potencial de mercado interno e regional como fator de expansão; o fato de terem sido alvo da expansão imperialista das potências atlantistas, o que limitou sua vocação regional; a forte presença do nacionalismo e das esquerdas como fator interno de legitimação popular destes Estados e no conjunto dos países periféricos e semiperiféricos; e o interesse destas forças nacionalistas e de esquerda em quebrar os monopólios tecnológicos, financeiros e comerciais mundiais. Tais elementos respondem pelo alto grau de convergência histórica destes países nas votações na Assembleia das Nações Unidas, cerca de 80% delas entre 1974-2008, em particular em temas como multilateralismo, defesa da soberania nacional, direitos de autodeterminação e democratização dos poderes internacionais<sup>17</sup>.

Todavia o que impulsiona o bloco territorialista são as lutas internas dentro de cada Estado que poderão fazê-lo cumprir ou não a sua vocação estratégica no sistema mundial. Se na transição para a hegemonia britânica as lutas intraestatais foram condicionadas e precedidas pelas lutas interestatais, na transição para a hegemonia estadunidense se articularam a estas, desempenhando a polarização fascismo ou socialismo um papel importante neste processo. Numa futura transição para outro sistema de poder as lutas intraestatais tendem a ser protagonicas e condicionantes em

<sup>17</sup> Veja-se *Rising Powers at the UN: an analysis of the voting behavior of the BRICSAM States in the General Assembly 1974-2008*. Disponível em <http://www.southgov.net>.

relação às lutas intra-estatais, sendo decisivas para suas formas e desenvolvimento <sup>18</sup>. A explicação para tal mudança está no papel crescente que desempenham os trabalhadores e os movimentos sociais na longa duração do desenvolvimento capitalista, pressionando o Estado e o sistema político. Portanto, será a luta de classes no interior destes Estados e das potências marítimas que darão o formato da transição e da bifurcação que precede o novo sistema de poder. As crises sinalizadoras - indicadas por Giovanni Arrighi como típicas do esgotamento da fase de expansão - são os momentos onde se configuram os fundamentos de um futuro bloco de poder a disputar a transição sistêmica. Na crise sinalizadora britânica se evidenciou a emergência dos protecionismos (guerra da secessão, unificação alemã e revolução Meiji) que disputariam posteriormente a sucessão britânica, panorama ao qual se acresceria o peso decisivo da revolução soviética; na crise sinalizadora estadunidense se evidenciou, a partir da derrota norte-americana no Vietnã, a aliança entre povos do sul e os movimentos de massa no principal centro atlantista para derrotar o politicamente projeto de dominação militar imperialista e afirmar uma revolução social na periferia. Tal precedente histórico indica que o territorialismo poderá se afirmar como um bloco histórico que articule as lutas dos trabalhadores das periferias, semiperiferias e centros contra a produção de riqueza oligárquica, assimetrias e guerras no sistema mundial. Seu epicentro deverá estar na periferias e semiperiferias, em particular nas potências emergentes que as articulem, mas deverá se desdobrar aos grandes centros europeus e atlantistas, alcançando as massas de trabalhadores superexplorados, os migrantes e os setores médios que sofrem com o avanço da desigualdade, a qual deverá se aprofundar nesta década, caso se esgote efetivamente, como postulamos, a fase expansiva do Kondratiev. Ao priorizar os mercados internos, a erradicação da pobreza, os regionalismos, suas alianças e a democratização do poder mundial, o territorialismo se constitui como uma força com alto potencial de contradição com a dinâmica do lucro extraordinário na economia mundial que estrutura a civilização capitalista.

Entretanto, é preciso ter cuidado e evitar os determinismos que não exprimem a complexidade dos períodos caóticos de bifurcações históricas para os quais nos aproximamos: caso prevaleçam os interesses competitivos e oligárquicos de grupos e frações de classe que dirigem os Estados mais dinâmicos dos BRICS, como China e

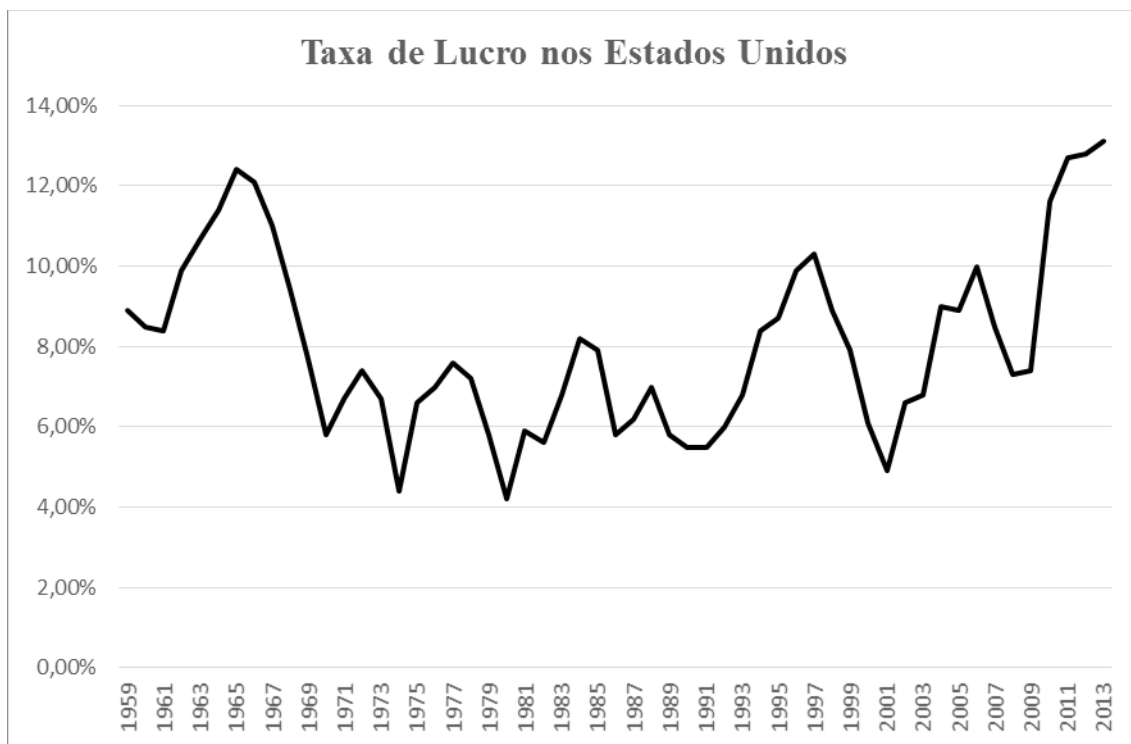
---

<sup>18</sup> Ver *O longo século XX* (1994), de Giovanni Arrighi; *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial* (1999), de Giovanni Arrighi e Beverly Silver; e o meu *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (2011).

Rússia; caso prevaleçam as burguesias dependentes e sua presença na estrutura estatal de Brasil, África do Sul e Índia; dificilmente este bloco histórico poderá se formar. Neste caso, a ascensão da China representará uma reacomodação num sistema de produção de riqueza oligárquica, que funciona como um jogo de soma zero, regulando ascensões e descensos, cuja resultante lógica, como compensação, poderá ser a queda de países semiperiféricos e periféricos para as profundezas da periferia.

## **GRÁFICOS**

### **Gráfico 1**



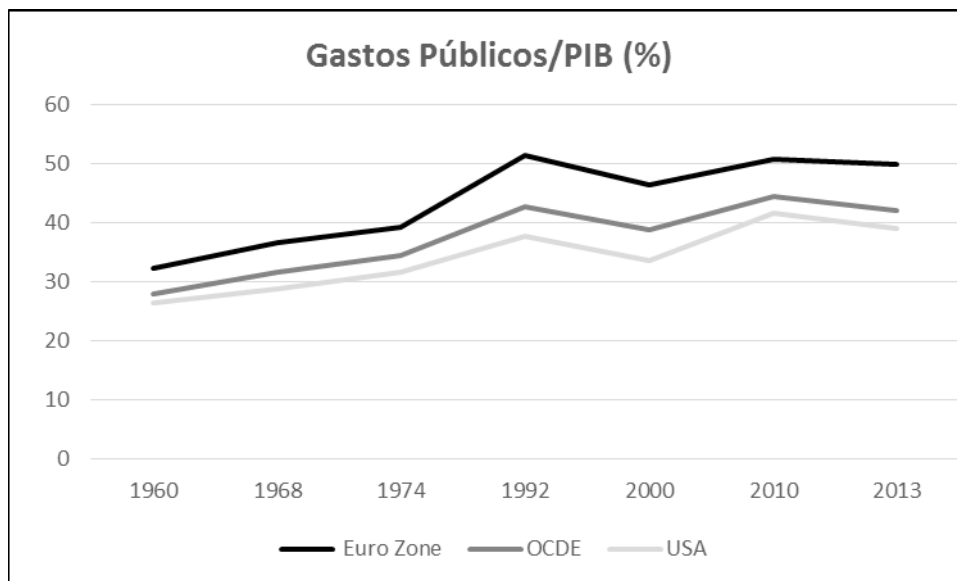
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do The Economic Reporto of the President (2014)

**Gráfico 2**



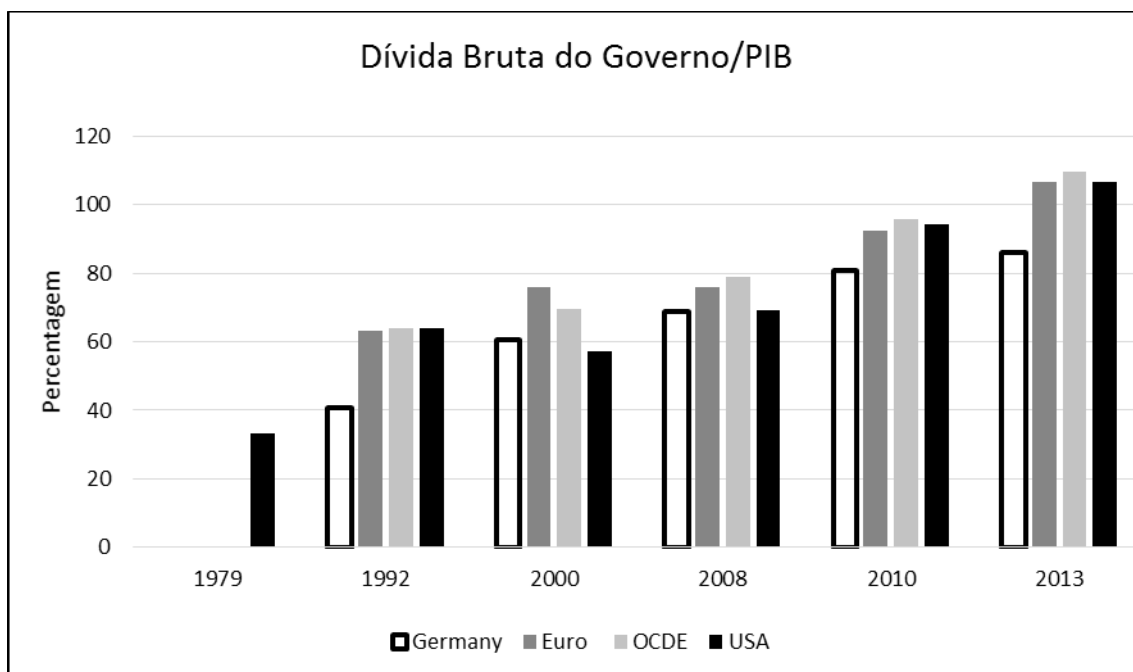
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do The Economic Report of the President (2014)

**Gráfico 3**



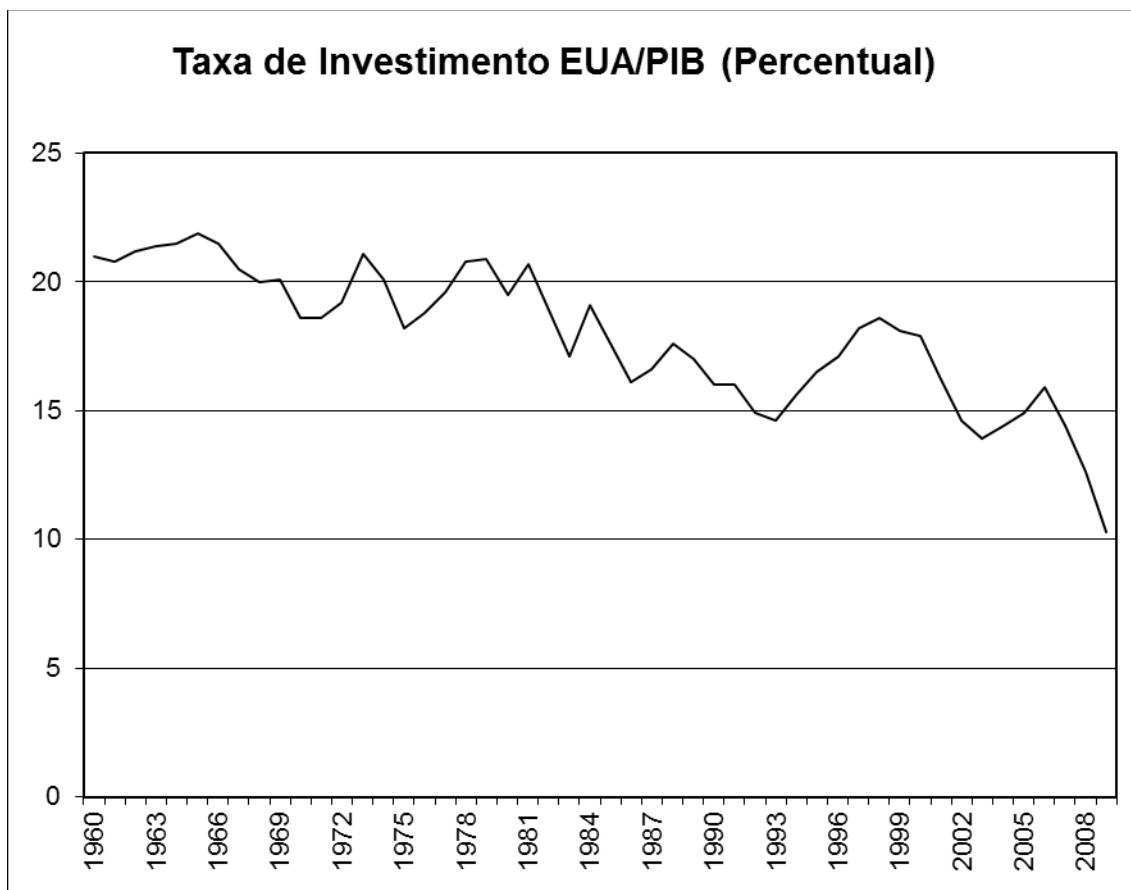
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de OECD (1998), (2001), (2010) e The Economic Report of The President (2014)

**Gráfico 4**



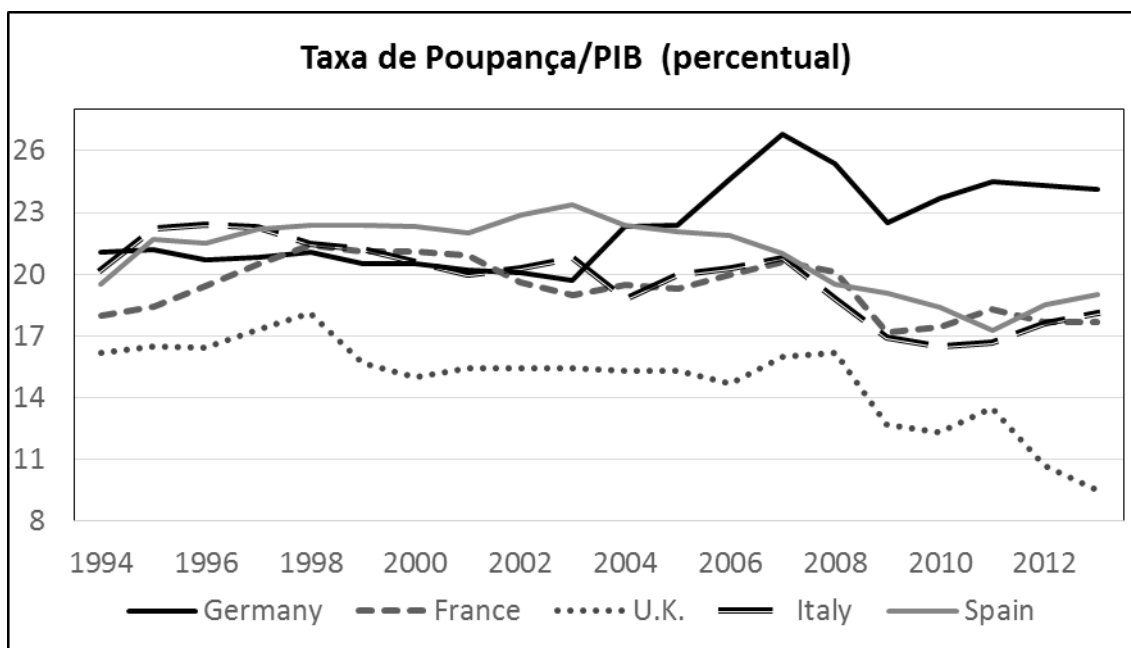
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Economic Outlook 2014.1 e The Economic Report of The President (2014)

**GRÁFICO 5**



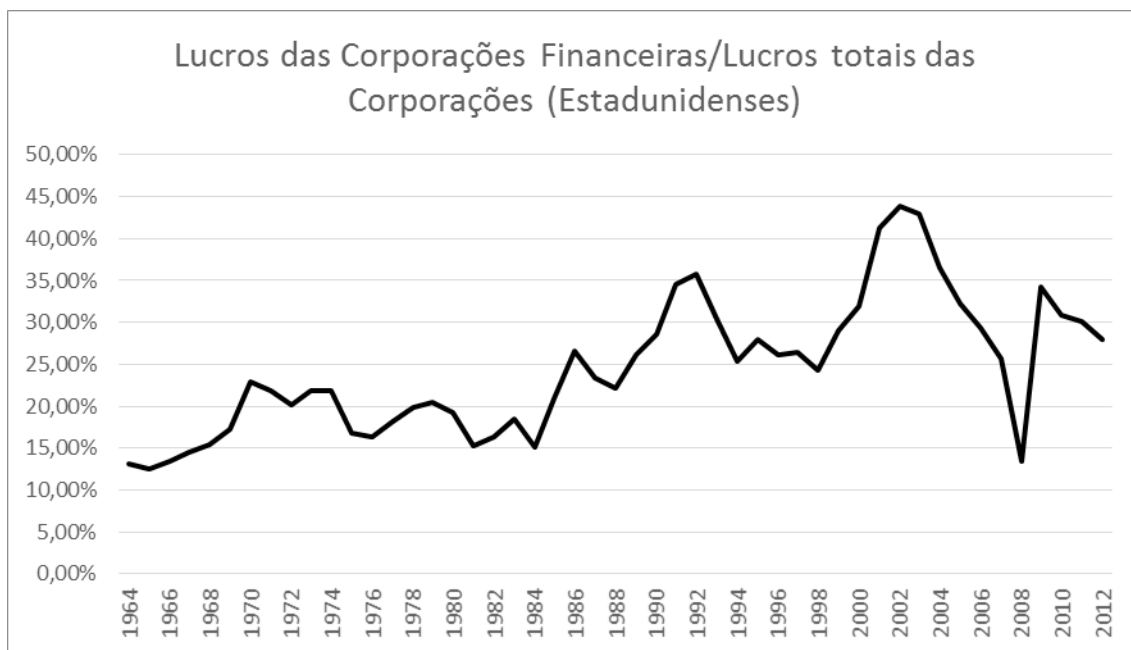
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de The Economic Report of The President (2014)

**GRÁFICO 6**



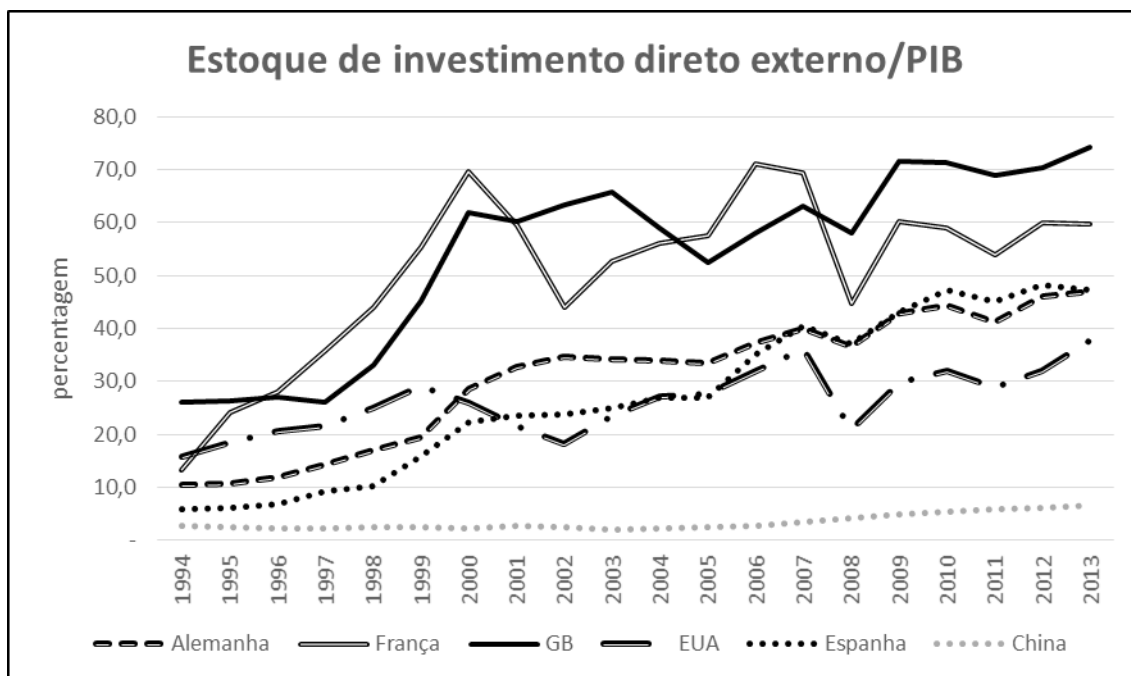
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de The Economic Outlook 2014.1

**GRÁFICO 7**



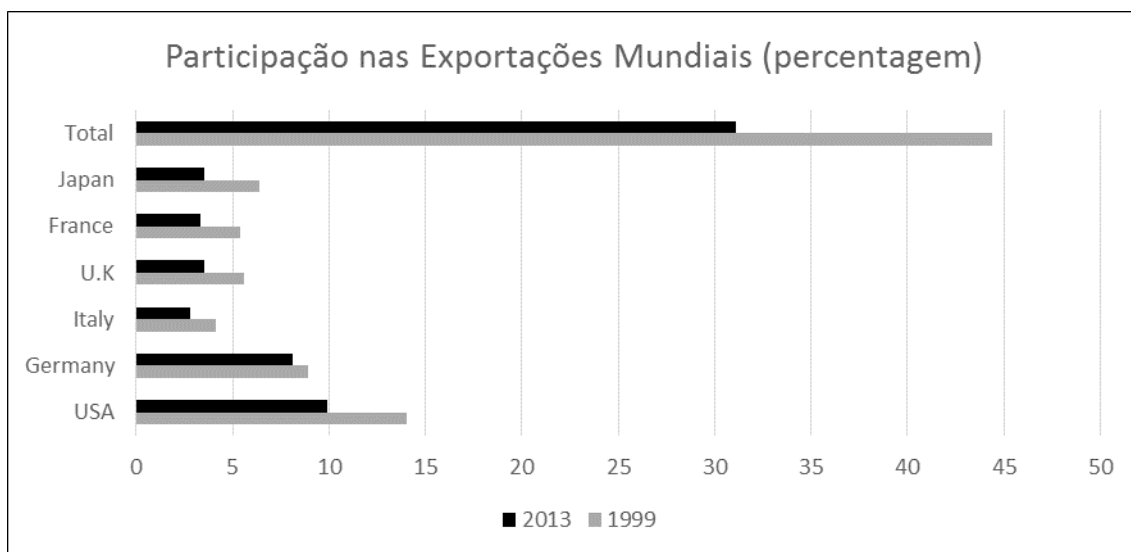
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do The Economic Report of The President

**GRÁFICO 8**



Fonte: UNCTAD

## GRÁFICO 9



Fonte: Economic Outlook 2014.1

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arrighi, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997

Arrighi, Giovanni, Adam Smith em Pequim. São Paulo: Boitempo, 2008

Arrighi, G.; Silver, B. **Chaos, governance and modern world system**. Minnesota Press, 1999.

Arrighi, G, Zhang Lu *Beyond the Washington consensus: a new Bandung?* (2010). Acesso em [http://krieger.jhu.edu/arrighi/wp-content/uploads/sites/29/2012/08/Arrighi\\_and\\_Zhang\\_New-Bandung\\_3-16-09\\_version.pdf](http://krieger.jhu.edu/arrighi/wp-content/uploads/sites/29/2012/08/Arrighi_and_Zhang_New-Bandung_3-16-09_version.pdf)

Cassiolato, J. E. e Vitorino, V. BRICS and Development Alternatives. Anthem Press, London. 2011

Chen Jiadong et al. The trend of the gini coefficient in China. BWPI Working Paper Center, Manchester. 2010

Council of Economic Advisers. Economic report of the president. Washington: United States Government Printing Office, 2014.



Kung, J e Lin Y. The decline of township and village enterprise in China's economic transition. World Development V. 35, nº4. Elsevier ltd, 2007

Li Yongqiang An Overview of Township and Village Enterprises in China during 1949-2009. Proceedings of the 2nd International Conference on Corporate Governance Disponível em <http://www.une.edu.au/business-school/research/corp-gov-conf/papers/li-tves.pdf> , 2009

National Bureau of Statistics of Popular Republic of China. China Statistical Yearbook, 2010. China Statistics Press. Oct 2010, 1032 (China Statistical Yearbook Series)

Martins, Carlos Eduardo. A América Latina e a conjuntura mundial: conjuntura, desenvolvimento e prospectiva. In Viana, A.; Barros, P; e Calixtre, A.(org.) Governança global e integração na América do Sul. Brasília, IPEA, 2011-a

\_\_\_\_\_. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo, Boitempo. 2011-b

\_\_\_\_\_. A Geopolítica Mundial e a economia política no século XXI: hegemonia, BRICS e América Latina In Flores, Consuelo e Martins, Carlos N Uevois Escenarios para la Integracion em América Latina, Santiago, 2013

Maddison, Angus. The World Economy. Paris, OECD, 2001.

McNally, Christopher (org.) China's emergente political economy: capitalism in the dragon's lair. Routledge, New York, 2008.

Moraes, Isabella Nogueira. Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na China Contemporânea. Tese de Doutorado apresentada ao IE/UFRJ, 2011

OECD. OECD Economic Surveys: China. Paris, OECD, 2013

\_\_\_\_\_. OECD Economic Surveys: China. Paris, OECD, 2010

\_\_\_\_\_. Historical Statistics: 1970-2000, Paris, OECD, 2001

\_\_\_\_\_. Historical Statistics: 1960-1997, Paris, OECD, 1998.

Piketty, Thomas. Capital in the Twenty-First Century, Cambridge, Harvard University Press, 2014

Peter, Ferdinand. An analysis of the voting behavior of BRICSAM States in the General Assembly 1974-2008.

<http://www.southgov.net/attachments/article/212/Peter%20Ferdinand%20-%20Rising%20Powers%20Conf%202012.pdf>